

Funaro admite: Sarney pode usar decreto-lei.

34
Economia - Brasil



O Congresso resiste em votar o pacote, principalmente em razão das críticas que vêm sendo feitas ao projeto fiscal (veja o quanto ele onera os assalariados nas páginas seguintes).

O Senado Federal vai desobstruir a pauta do chamado esforço concentrado para aguardar o envio, pela Câmara dos Deputados, do pacote fiscal do governo, que deverá ser votado até sexta-feira, informou ontem o líder do PFL, senador Carlos Chiarelli. A possibilidade de o pacote vir a ser aprovado por decreto-lei não está descartada, segundo o ministro da Fazenda, Dílson Funaro.

Chiarelli anunciou que a Aliança Democrática vai colocar hoje em plenário 35 senadores para furar a obstrução do PDS e começar a votar a pauta, que inclui matérias já aprovadas na Câmara, entre elas a proposta que fixa os critérios de remuneração dos vereadores, o recadastramento eleitoral, a indicação de 15 embaixadores, além de 53 projetos de financiamento e de crédito especial e a autorização de emissão de letras do Tesouro para Estados e municípios.

O líder do PFL disse que conversará hoje e amanhã com os ministros da área econômica para tentar incluir no pacote duas medidas que considera de alcance social: a extensão da semestralidade para o reajuste dos vencimentos dos funcionários públicos e o reajuste integral (100% do INPC para as demais categorias). Essas providências, segundo Chiarelli, servirão como instrumento de negociação do Congresso, "uma vez que as medidas fiscais estão sendo questionadas pelos partidos de oposição".

O ministro da Fazenda também informou no final de semana que as lideranças partidárias estão empenhadas em promover uma

concentração de esforços de seus liderados nos próximos três dias", e que não há estudos para aprovação do pacote econômico por decreto-lei, embora isso não possa ser descartado.

Funaro considera que não procedem as críticas, feitas inclusive por parlamentares, quanto à falta de tempo para o Congresso examinar a matéria, "porque os próprios líderes pediram que não enviássemos antes, quando estavam ocupados com as eleições municipais e a convocação da Constituinte".

A esse propósito, o presidente do Conselho Diretor do Movimento de Defesa do Contribuinte, Guilherme Afif Domingos, afirmou que "um aumento de 25% na arrecadação é uma profunda reforma tributária, que merece uma reflexão bastante grande da Nação e, acima de tudo, uma discussão".

De acordo com o ministro da Fazenda, o pacote deverá gerar uma receita extra entre Cr\$ 55 e 60 trilhões, mas, segundo Afif, a arrecadação deve elevar-se para Cr\$ 80 trilhões. Por isso, este acha "necessário que os parlamentares sejam melhor esclarecidos sobre o conteúdo dessas medidas e que o governo venha a dar explicações sobre os pontos de dúvida levantados".

Ao defender o pacote econômico, o ministro da Fazenda afirmou não haver inconstitucionalidade na retenção da devolução do Imposto de Renda dos contribuintes de maiores ganhos. Funaro explicou que, pelo sistema antigo, cabia ao assalariado financiar os gastos pú-

blicos, "o que não acontecerá daqui para a frente". Ele também disse não ver como o pacote possa ser considerado uma bomba de efeito retardado. Argumentou que a cobrança de imposto dos assalariados que não tiverem desconto na fonte será muito pequena em comparação com o que pagam atualmente.

Numa análise mais ampla, Funaro entende que os críticos das medidas econômicas estão sendo incoerentes, "porque são os mesmos que vinham defendendo mudanças radicais para sanear a economia do País". O ministro atribuiu parte das críticas a uma interpretação emocional de tradicionais adversários do governo. Entre eles, citou Afif Domingos, que "serviu a um governo estatizante e empreguista como o de Paulo Maluf e que agora se arvora em defensor da privatização".

Quanto ao projeto de privatização, Funaro disse que partiu dele a orientação para que o líder Pimentada Veiga o retirasse sexta-feira, "para evitar polêmicas". Sobre esse particular, o porta-voz da Presidência da República, Fernando César Mesquita, afirmou ontem que "foi um erro de redação, foi um erro técnico, o governo não tinha nenhuma disposição em perder o controle acionário da Petrobrás". Informou que a retirada do projeto de lei que trata da privatização das estatais — um dos três que integram o pacote econômico — deverá ser formalizada hoje. Disse que o projeto somente será encaminhado novamente ao Congresso no ano que vem, com as correções necessárias.